

# O PMDB dos brasileiros

EM cerimônia cívica, o Presidente da República dirigiu-se à Imprensa para advertir que "o povo brasileiro não deve ingressar na linha do protesto, na linha do ressentimento". E alertou, diante de indicações anti-sociais e de rebeldia: "Se ele (o povo brasileiro) se perder agora, nesta fase de pessimismo, e se inocular com o desânimo, isso prejudicará o futuro do País e comprometerá as futuras gerações".

EIS O caminho tortuoso, a evitar graças à mobilização firme de vontades político-constitucionais, ativadas dentro e fora da Constituinte, contra a influência desproporcionada de tendência ideológica de esquerda na redação de dispositivos que não contam com o apoio da maioria dos brasileiros, do empresariado e das corporações militares, todos comprometidos com o destino das "futuras gerações", sob a bandeira do progresso e da ordem.

O PAÍS tem de crescer e precisa ser governável. Não há Estado-Nação sem governo respeitado. A liberdade não existirá sem ordem. E para que esta seja democrática, presume-se a existência de apoio partidário estável ao governo, uma condição que se delinea hoje através da ação do centro-democrático, claramente dominante na plenária da Constituinte.

DE fato, a Presidência da República da transição não recebeu apoio de um partido majoritário unido. A divisão interna do PMDB vem de origem: a reunião do PP de Tancredo com o PMDB de Arraes por simples conveniência eleitoral-partidária. Uma reunião que relinha contradição expressa na duplicidade de um PMDB-governo e de outro PMDB-oposição, este último dedicado à destruição da ordem jurídica instituída, a ser mantida no novo texto constitucional.

O empresariado, que trabalhou decisivamente para a maioria do PMDB, segundo a imagem político-social de Tancredo, a da conciliação, tem razão para considerar-se enganado e reage às investidas do PMDB, segundo Covas. O diálogo franco do empresariado com o Presidente do PMDB e da Constituinte, em São Paulo, deve ter concorrido para desfazer ilusões. O Sr. Ulysses Guimarães deixou a reunião com o empresariado prometendo "usar a tesoura para cortar o que não presta do projeto", para ajustá-lo aos deveres democráticos. Uma tarefa a ser conferida à Comissão de Redação do texto final da Constituição.

A PROMESSA foi firmada com as forças do progresso, que buscam o consenso constitucional na forma de uma grande maioria, e que não pretendem o impossível, uma Constituição que satisfaça também às minorias ideológicas.